



DM Instituição de Pagamento S.A. | CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37

Relatório da Administração

Carta do CEO

Um ano de consolidação de resultados e crescimento exponencial.

Desde a fundação da DM, há 21 anos, sempre tivemos muito claro o nosso propósito mais importante, o de facilitar o acesso ao crédito de quem mais precisa.

Esse objetivo foi o que construiu nossa cultura corporativa, que definimos como o cuidado com as pessoas. Nosso diferencial sempre foi o bom relacionamento, a proximidade e a valorização de todos. Acreditamos no nosso propósito, na missão que temos com o mundo e sempre fomos apaixonados pelo que fazemos e para quem fazemos. Durante todos esses anos esse propósito tem guiado as iniciativas da DM.

Certamente 2023 foi um ano de muitas transformações. Tivemos resultados de crescimento significativos que impactaram positivamente a vida de milhares de clientes, consolidamos novos produtos e seguimos com a nossa posição de referência no setor de supermercados, além de ingressarmos em novos segmentos do varejo. Nosso propósito continua o mesmo e temos orgulho de estarmos em movimento e a cada ano concretizarmos um pouco mais de nossa história.

E foi assim, firmes nesse propósito e fiéis aos nossos valores que temos crescido de forma acelerada, com a aquisição da FortBrasil e da carteira de clientes da Uze, dobramos de tamanho e alcançamos a marca de 7,6 milhões* de cartões emitidos. Também expandimos a nossa rede de parceiros e a oferta de crédito para novos segmentos, o que demonstra o nosso compromisso em atender às necessidades dos nossos clientes.

Ao longo do ano, não esquecemos de fortalecer a nossa cultura, focando no que mais importa: os colaboradores que se dedicaram diariamente para que 2023 fosse um ano de realizações e crescimento. Iniciamos as ações do DiversaMente, nosso programa de Diversidade e Inclusão, pensado para garantir um ambiente seguro para nossos colaboradores e ampliamos nosso escritório, para receber confortavelmente todos os que frequentam a sede.

Já estamos trabalhando para nos superar, mais uma vez, para dar continuidade ao nosso crescimento e ao desenvolvimento de novos produtos. Em 2024, continuaremos juntos, ganhando escala e eficiência no mercado, consolidando os resultados que alcançamos em 2023. A DM agradece a cada uma das pessoas pela dedicação, comprometimento e parceria.

Denis César Correia, CEO do Grupo DM.

* Dados consolidados DH + UZE



Retrospectiva 2023
Apresentamos a seguir os resultados do último ano e convidamos todos a acompanharem com a gente. Venha em uma nova DM ainda mais inovadora!

[Clique aqui e confira!](#)

Toda história merece crédito!

Desde 2002 ampliamos o potencial de nossos clientes, colaboradores, parceiros e fornecedores.

Para que cada um construa a sua história!

Conheça o Sr. Zé Pimenta, cliente DM!

[Clique aqui e confira!](#)



Consolidação e Reconhecimento no mercado

R\$ 67MM emitidos em CDB com garantia do FGC.

Fitch Ratings

No início de 2023, a Fitch Ratings elevou a classificação do rating da DM para BBB-(lba), com perspectiva Neutra, o que na visão da DM, aumenta nossa credibilidade como uma companhia saudável e como bons pagadores perante o mercado.

R\$ 452MM emitidos em debêntures.
Compra de 100% da carteira de crédito dos clientes do Ourinhos Hipermercado.

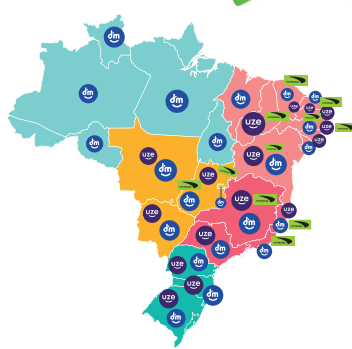
UM ANO DE CRESCIMENTO

Nós sempre compartilhamos do mesmo propósito, incluir mais brasileiros através do crédito.

Agora vamos compartilhar muito mais!

Em 2023, com a compra da carteira da UZE e a aquisição da FortBrasil, a DM dobrou de tamanho e chegou a 7,6 milhões* de cartões emitidos.

*Dados consolidados DM + UZE



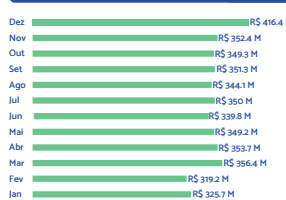
Somos referência em cartões de loja Private Label

Líder no setor supermercadista, avançamos ainda mais nas operações varejistas, com parcerias em diversos outros segmentos, como: moda, lojas de departamento, armário e calçados.

*Dados consolidados DM + UZE

4,8 bilhões de reais transacionados em nosso principal produto.
9,9% de crescimento na base de clientes.
12,6 milhões de faturas emitidas em 2023.

VALOR TRANSCACIONADO MÊS A MÊS EM REAIS EM 2023



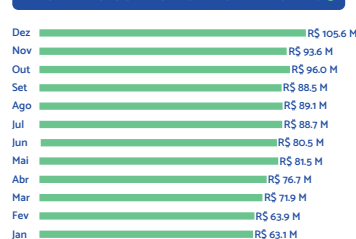
Crescimento de 46% no volume transacionado em cartões Mastercard

Com os menores indicadores históricos de inadimplência nesse produto, crescemos a base de clientes em 7% nos cartões Mastercard, além de subir o ticket médio.

1,4 milhão de faturas emitidas em 2023
R\$ 999 milhões de volume transacionado em 2023

10,41% de aumento no valor do Ticket Médio

VALOR TRANSCACIONADO MÊS A MÊS EM REAIS EM 2023



CARTÃO DE LOJA MASTERCARD

Com a modalidade de cartão híbrido, parceiros da DM podem ter sua marca associada a Mastercard. Além de permitir que o cliente utilize o cartão em milhões de estabelecimentos no Brasil, e no mundo!



Mais de **R\$ 70 milhões*** transacionados em vendas nos cartões de loja Mastercard.

Mais de **720 mil*** compras em 2023.

32 unidades* operando com híbrido.

*Dados consolidados DM + UZE

DM + UZE



R\$ 1,12 bilhão* em cartões de loja de clientes

R\$ 5,8 bilhões em vendas

R\$ 7,6 milhões de cartões emitidos

Estamos em **5.119** cidades pelo Brasil!



Seguimos crescendo consistentemente ano após ano

Vendas cresceram **25,7%** Base de clientes cresceu **16%**
Recebimento em cobrança cresceu **14%** Novas redes em 2023 **399**

*Dados consolidados com UZE



Tudo na palma da mão

DM App

O aplicativo da DM continuou crescendo em novos usuários, além de receber funcionalidades importantes para apoiar na consolidação do produto como solução de pagamento e auto serviço.

Novas funcionalidades adicionadas em 2023

- Desbloqueio de cartão;
- Parcelamentos;
- Cartão digital com código de barra do app, que permite transacionar sem o cartão físico;
- Pagamento da fatura direto no aplicativo, com limite liberado na hora.

Nota do App

- 4,8 estrelas na App Store
- 4,7 estrelas na Play Store

Alcançamos **1MM** de contas

Crescemos **139%** em novas contas

Aumentamos **206%** os usuários ativos

DM Empréstimo Pessoal

2023: o ano da virada para o EP!

Ajustamos todas as políticas e modelos de crédito, controlamos as volumetrias de contrato e trouxemos grandes resultados com rentabilidade!

+ 60 mil contratos já realizados;

+ R\$14 milhões emprestados em 2023;

12% em taxa de reconstrução.



Será o primeiro produto com oferta integrada DM + FortBrasil.

DM Pag

A solução de Pix parcelado oferece crédito extra disponível em instantes, sem precisar de cartão ou boleto.

Compre agora, pague depois.

O DM Pag foi aprimorado ao longo de 2023. Além de oferecer uma solução como meio de pagamento para e-commerces, através da integração com checkout, o DM Pag também funciona como link de pagamento para lojas físicas.

R\$2.3MM em vendas em 2023

+ de 55 mil links criados

337 novas redes contam com essa solução



DM Cred

O DM Cred é um microcrédito com gamificação. Ao solicitar um dinheiro extra, direto no DM App, o cliente pode subir de nível a cada contratação para ter acesso a um valor maior.

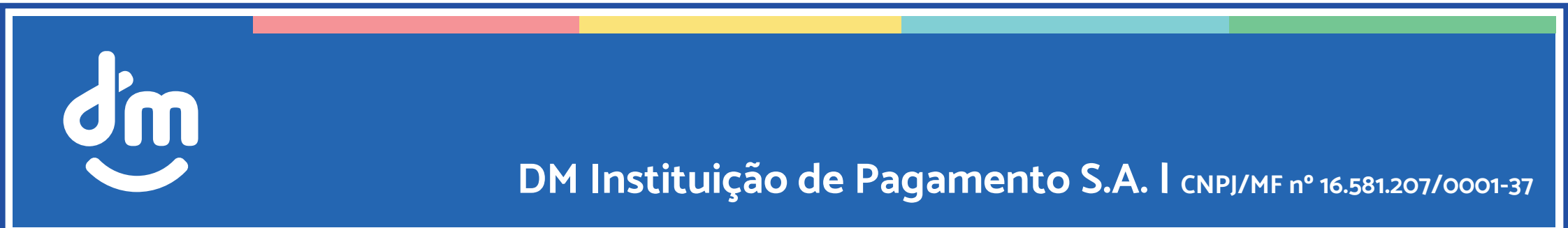
+1,6 milhão de reais emprestados em microcrédito

Aumento de **232%** no número de adesões em 2023



Conheça o DM Cred!





Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas Legal	Reservas de Lucros	Lucro do exercício	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	35.000	-	2.248	387	-	37.635
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	80.200	-	-	-	80.200
Lucro do exercício	-	-	-	-	14.430	14.430
Destinação de lucros	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	722	-	(722)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	10.101	(10.101)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.607)	(3.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	35.000	80.200	2.970	10.488	-	128.658
Saldos em 01 de janeiro de 2023	35.000	80.200	2.970	10.488	-	128.658
Integralização de capital	80.200	(80.200)	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	48.060	48.060
Destinação de lucros	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	2.403	-	(2.403)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	31.782	(31.782)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(10.488)	(13.875)	(24.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	115.200	-	5.373	31.782	-	152.355
Mutação do exercício	80.200	(80.200)	2.403	21.294	-	23.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A DM Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada DM Cartões de Crédito S.A. – “Companhia” ou “DM IP”), é uma sociedade anônima de capital fechado do Grupo DM, constituída em 22 de junho de 2012, sediada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, e tem por objeto social a emissão e administração de cartões de créditos próprios ou de terceiros, credenciamento de estabelecimentos para operar com cartões, obtenção junto a instituições financeiras de financiamentos em nome e por conta dos portadores de cartões, negociando taxas e celebrando contratos de empréstimos em nome deles. Desde 2022, a DM tem se reestruturado societariamente para suportar o crescimento das operações e se adequar aos requerimentos do regulador, Banco Central do Brasil, para atuação como uma instituição de pagamento, entre os fatos, destacamos: • Em 03 de fevereiro de 2022, os acionistas da Companhia, cederam e transferiram 99,997% do capital social para constituição da DM Participações S.A. (“DM Participações”), sendo 34.999.999 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade; e • Em maio de 2022, a Companhia alcançou a volumetria superior aos R\$ 500.000 (quinhentos milhões), considerando o somatório das transações de pagamentos autorizados nos últimos 12 meses, conforme previsto no artigo 11.º da Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021, fato que motivou a protocolar um pedido de autorização para funcionamento como instituição de pagamento. O pedido foi protocolado em 31 de agosto de 2022 junto ao Banco Central do Brasil. Em junho de 2023, após manifestação do regulador, a Companhia seguiu com a alteração de razão social, que apesar de concluída, até a presente data, não houve aprovação do pleito pelo regulador. • Em 06 de abril de 2023, os acionistas da Companhia firmaram um contrato de compra e venda de 49,99% da participação societária da FortBrasil Instituição de Pagamento S.A. (“FortBrasil IP”). • Em 26 de junho de 2023, os acionistas da Companhia, deliberaram pela alteração da razão social de DM Cartões de Crédito S.A. para DM Instituição de Pagamento S.A., bem como pelo aumento de capital de R\$35.000 para R\$115.200 e aprovação da reforma e consolidação do Estatuto Social. • Em 23 de agosto de 2023, os acionistas da Companhia, decidem pela retirada da Sociedade da DM Meios de Pagamentos (“DM Meios”), cedendo e transferindo 99,9% do capital social para constituição da DM Cartões PL S.A. (“DM PL”), sendo 999.000 de quotas livres de sua titularidade. Conseqüentemente, a Companhia possui participação societária, base de consolidação e/ou equivalência patrimonial, nas seguintes sociedades: • Participação em cotas subordinadas do **Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios DM** (“FIDC DM”) por meio de cotas distribuídas nos termos da Instrução CVM nº 476/09, • 99,00% na Companhia **DM Securitizadora S.A.** (“DM SEC”), • 49,99% na Companhia **FortBrasil Instituição de Pagamento S.A.** (“FortBrasil IP”). A Companhia retém os riscos e benefícios do FIDC DM e da DM Securitizadora S.A.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação de capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2024. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, todos os dados apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamento:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 5.3 e 22.b; Perdas esperadas das para crédito de liquidação duvidosa; • Nota 9: Amortização do ativo intangível; • Nota 16: Passivos Contingentes; • Nota 20.6: Ativos e passivos fiscais diferidos. **2.1. Valor Justo dos Instrumentos financeiros:** O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Conforme item 3.2.2, item b), os instrumentos financeiros são categorizados em três níveis de hierarquia. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos a extensão das referências de mercado disponíveis ou modelagem necessária em processos com terceiros. A precisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar no reconhecimento de uma receita ou despesa registrada para uma determinada posição. **2.5. Base de consolidação:** Controladas são todas as investidas nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia considera que o controle é detido quando está exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com uma investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investidas. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para fins de consolidação, a Companhia considerou a participação societária nas investidas abaixo:

	Participação
DM Securitizadora	99,00%
FIDC DM	(a)
FortBrasil IP	(a)

(a) Participação em cotas subordinadas do **Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios DM** (“FIDC DM”). São cotas distribuídas nos termos da Instrução CVM nº 476/09. O valor da cota é apurado diariamente, levando-se em consideração o valor de mercado, o custo amortizado, dos ativos que compõem a carteira do Fundo, de acordo com os princípios contábeis e em conformidade com a legislação e as normas aplicáveis e vigentes, dividido pelo número de cotas do Fundo. **3. Políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo. **3.2. Instrumentos financeiros:** **3.2.1. Ativos e passivos financeiros:** São representados por direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais ativos e passivos financeiros são classificados pela Companhia, em consonância com suas atividades são: (i) direitos creditórios cedidos; (ii) obrigações por emissão de Debêntures; e (iii) cotas a pagar. **3.2.2. Classificação, reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros a)** **Classificação de instrumentos financeiros:** As práticas contábeis adotadas pela Companhia permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: I – Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; são mantidos dentro do modelo de negócios com o propósito de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais dão origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. São valorizados pelo método da taxa efetiva de juros. II – Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão, sendo mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes líquido de impostos; e III – Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de resultado (VJR): São registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo que as expectativas modificadas subsequentes do valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo, para tomada de posições ou, eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste Solely Payment of Principal and Interest (SPPI). A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação. **b) Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros:** Com base no CPC 46 – Mensuração do valor justo, o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo: **Nível 1:** A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. **Nível 2:** A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o preço integral dos ativos ou passivos. **Nível 3:** A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes. O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade. Se os dados não observáveis do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve alto grau de julgamento e premissas da administração. A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação. **3.2.3. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:** Com base no pronunciamento técnico CPC 48, as transferências de ativos financeiros dependem da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros. De acordo com o contrato de cessão de direitos creditórios e a escrituração de Debêntures, a Companhia se enquadra no item que: I – A Companhia retém os direitos contratuais de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros; assume a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa aos seus debenturistas; e não tem qualquer obrigação de pagar as quantias aos destinatários finais, a menos que receba quantias equivalentes ao ativo original. II – Não pode vender ou penhorar o ativo original de acordo com o contrato de cessão. III – Tem a obrigação de reter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos. Além disso, a entidade não tem direito de reinvestir esses fluxos de caixa, exceto no caso de investimentos em dinheiro ou seus equivalentes (como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa) durante o curto período de liquidação desde a data de recebimento até a data da entrega exigida aos destinatários finais, e os juros recebidos como resultado desses investimentos são passados aos destinatários finais. **3.3. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado; **3.4. Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são

estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito seguindo um modelo econômico baseado em dados históricos da carteira de crédito nos últimos 5 anos. O modelo econômico é adaptado aos requisitos da norma do CPC 48 em sua abordagem geral. Ao menos em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problema de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados no ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação sendo o principal motivo é o inadimplemento que é verificado considerando os dias de atraso. Este modelo de perda de crédito esperado inclui uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios: performado, subperformado e não performado. **3.5. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do ativo e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. **3.6. Impostos a recuperar:** São registrados mediante apropriação na aquisição de serviços de manutenção para atribuição da vida útil devidamente registrada de estudo apresentado pela Companhia em uma operação, ou inadimplemento que é verificado considerando os dias de atraso. **3.7. Intangível: 3.7.1. Outros intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercícios com essa finalidade. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro em acordo com o requerido no CPC 27 – Ativo Imobilizado, e para o exercício de 2023 não foram identificados ajustes relevantes no relatório dos consultores externos.

Vida útil histórica

6 anos Além dos softwares, o intangível é composto de “Aquisição da carteira de clientes”, que possui a fundamentação para atribuição da vida útil devidamente registrada de estudo apresentado pela Companhia para manutenção dos valores atribuídos ao intangível. **3.7.2. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.8. Investimento em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem suas participações em controlada e coligadas nas demonstrações individuais e em coligadas nas consolidadas. As coligadas são aquelas sociedades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre políticas financeiras e operacionais. A parcela atribuída à DM Instituição de Pagamento S.A. (“investidora”) e “Companhia”) sobre o lucro ou prejuízo do exercício da controlada (investida) está registrada no resultado do exercício na rubrica “resultado de equivalência patrimonial”. Para as demonstrações consolidadas, a parcela atribuída às coligadas reflete diretamente por meio de equivalência patrimonial. **3.9. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações oriundas de investidas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações com investidas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que o valor de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **3.11. Provisões para contingências:** As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possuem mensuração razoável segurança, conforme descrito em nota explicativa nº 16. **3.12. Receitas:** **3.12.1. Prestação de serviço:** A Companhia segue os seguintes passos para o reconhecimento da receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas de prestação de serviços são compostas por serviços de aquisição, comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes DM, taxas de administração e anuidade entre outras taxas inerente ao objeto social da companhia. **3.12.2. Receitas financeiras:** As receitas de juros são calculadas utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que não são comprados com problemas de recuperação de crédito, mas que, posteriormente, se tornaram ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito. A Companhia classifica uma operação de crédito como “não performado” se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de acima de 91 dias ou mais. A apropriação de juros deixa de ser reconhecida entre 61 e 90 dias de atraso. As demais receitas financeiras abrangem receitas com descontos obtidos e rendimentos obtidos nas aplicações financeiras. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.12.3. Despesas:** As despesas operacionais e financeiras são reconhecidas por competência no resultado. As despesas financeiras da Companhia, abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, despesas com debêntures, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, perdas financeiras por negociação de carteira, despesas e comissões bancárias entre outras despesas financeiras. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 para o imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 40% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **I. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela multa e estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **II. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação E (i) não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.14. Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos significativos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. **3.15. Normas emitidas ou alterações:** **3.15.1. Normas emitidas, vigentes:** As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo CPC e não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Praticas Statement 2); • Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23/IAS 8); • imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); • Reforma tributária internacional – Regras modelo do pilar dois (alterações ao CPC 32/IAS 12); **3.15.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo CPC, porém não foram adotadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023: • Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); • Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7); • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28). A Companhia não espera impactos relevantes da adoção dessas alterações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa”, registrada conforme valores abaixo, é composta pelos valores disponíveis em depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Depósitos bancários à vista	12.023	7.605
Certificado de Depósito Bancário – CDB	286.530	101.643
	298.550	109.248
	298.550	109.248

Os Certificados de depósitos bancários (CDBs) são remunerados a taxas próximas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber

A rubrica de “Contas a receber” é composta pela carteira de clientes de cartões de crédito próprio “private label” e bandeira Mastercard, de operações de empréstimo pessoal, novo produto DMFG e DMCard, líquidas de provisão para perda esperada com créditos em liquidação duvidosa, e de contas a receber com partes relacionadas e não relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Clientes titulares de cartão	729.464	520.631
Clientes cedidos ao FIDC DM	15.1	473.247
Clientes cedidos a DM Securitizadora	15.2	304.672
Clientes de empréstimos pessoal (i)	31.673	37.117
Total	1.539.056	1.242.736

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Lucro do exercício	48.060	14.430
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	48.060	14.430

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais	48.060	14.430
Lucro líquido do exercício	48.060	14.430
Ajustes por:		
Amortização	5.286	1.658
Amortização mais valla	2.111	-
Cotas FIDC	(12.051)	(4.605)
Equivalência patrimonial	(6.778)	(14.367)
Provisão para processos judiciais	381	20
Juros sobre capital próprio	-	1.120
Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente	19.971	20.046
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido	649	181
Resultado líquido ajustado	57.631	(1.563)
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:		
Contas a receber	(270.071)	(270.177)
Contas vinculadas	-	4.447
Tributos e contribuições a recuperar	(1.292)	1.213
Outros créditos	(71.687)	(6.223)
Outros ativos	853	(1.990)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:		
Fornecedores	2.495	1.264
Contas a pagar lojistas	186.362	74.155
Tributos e contribuições sociais e impostos parcelados	7.573	10.441
Outras contas a pagar	39.386	(381)
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades operacionais	(105.981)	(184.651)
Impostos pagos sobre lucro	(1.616)	-(1.650)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	(49.966)	(186.214)

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangíveis	-	(2.149)
Baixa de intangíveis	-	603
Aquisição de carteira de clientes	(28.244)	(9.773)
Aquisição de participação societária	(67.144)	(57.144)
Outros instrumentos financeiros	(12.856)	-(12.856)
Baixa de participação societária	999	999
Aplicação financeira	(82)	(76)
Aquisição de títulos e valores mobiliários	-	-(263)
Baixa de títulos e valores mobiliários	-	352
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	(97.327)	(113.995)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	80.200
Recursos provenientes de novos empréstimos	30.000	140.815
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(98.138)	(85.846)
Recursos provenientes de debêntures	476.875	20.570
Pagamento de debêntures	(6.081)	(59.826)
Recursos provenientes de Fundo de Investimentos	-	171.610
Amortização de Fundo de Investimentos	(42.33	



DM Instituição de Pagamento S.A. | CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

(a) A Companhia possui dois mútuos a receber de partes relacionadas em aberto, sendo com a: Eldorado Administração e Participações Imobiliárias Ltda. no valor original de R\$350 a taxa anual de 4,28% com vencimento em 30 de novembro de 2026. • DMCore Holding Financeira no valor original de R\$2.250 a taxa anual de 4,28% com vencimento em 30 de novembro de 2027.

8 Investimentos
Na controladora, a rubrica "Investimentos", no valor de R\$ 83.081 (R\$1.098 em 2022) corresponde à participação societária da Companhia na DM Securitizadora S.A. ("DM SEC") e na FortBrasil Instituição de Pagamento S.A. ("FortBrasil").

	DM Securitizadora	FortBrasil	31/12/2023
% de participação societária	99,00%	49,99%	
Total do investimento	99	82.982	83.081

A participação de 99,90% na DM Meios de Pagamento cessou em 23 de agosto de 2023, quando os acionistas da Companhia, decidiram pela retirada da Sociedade da DM Meios, cedendo e transferindo 99,90% do capital social para constituição da DM Cartões PL S.A. ("DM PL"). A equivalência patrimonial da DM Meios foi registrada na Companhia com base no lucro líquido apurado até 30 de setembro de 2023. Todas as investidas acima são contabilizadas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

	DM Securitizadora	FortBrasil	DM Meios	31/12/2023
Resultado base equivalência patrimonial	197	(4.102)	8.640	-
% de participação societária	99,00%	49,99%	99,90%	
Resultado da equivalência patrimonial	196	(2.051)	8.631	6.776

	DM Securitizadora	FortBrasil	DM Meios	31/12/2022
Resultado base equivalência patrimonial	2	14.380	-	-
% de participação societária	99,00%	99,90%	-	
Resultado da equivalência patrimonial	1	14.366	14.367	

Resultado base equivalência patrimonial (4.102) 8.640 -
% de participação societária 49,99% 99,90% -
Resultado da equivalência patrimonial (2.051) 8.631 6.580

8.1. Aquisição da FortBrasil: Em 06 de abril de 2023, a Companhia adquiriu 49,99% (quarenta e nove vírgula novecenta e nove por cento) da participação societária da FortBrasil. A participação na FortBrasil faz parte da estratégia de ampliar a carteira de clientes de cartões na região Nordeste do país. As demais ações que representam 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento), vinculadas a uma opção de compra, que poderá ser exercida pela compradora após a aprovação do órgão regulador Banco Central do Brasil. A aquisição das participações societárias iniciais de 49,99%, foram realizados pelo preço total de R\$100.000 (cem milhões de reais), sendo a primeira parcela do preço de aquisição das participações societárias iniciais no valor de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais), e segunda parcela do preço de aquisição das participações societárias iniciais no valor de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais), apresentada no grupo de outras contas a pagar, especificamente na conta de Contas a pagar por aquisição de empresas, que será retida pela para fins de assegurar o pagamento do ajuste de preço (se aplicável) em caso de perdas indenizáveis. O valor retido será corrigido por 100% (cem por cento) do CDI entre a Data do 1º Fechamento e a data de sua respectiva liberação. Resultante da elaboração do relatório de "Purchase Price Allocation" ("PPA"), emitido em 22 de dezembro de 2023, em conformidade com os requisitos do CPC 15 – Combinação de negócios, o valor do investimento registrado contabilmente em 31 de dezembro é de:

	31/05/2023	% de aquisição	31/12/2023
Ativos	429.948	49,99%	214.931
Caixa e equivalentes de caixa	51.327	-	-
Capital de giro	336.152	-	-
Ativos intangíveis	17.045	-	-
Ativos fixos	826	-	-
Investimentos	20	-	-
Outros ativos	24.578	-	-
Passivos	(395.638)	49,99%	(197.779)
Partes relacionadas	(347.156)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(8.309)	-	-
Debêntures	(40.173)	-	-
Valor contábil dos ativos líquidos	34.310	49,99%	17.152
Marca	92.879	-	-
Licença Banco Central	13.353	-	-
Carteira de clientes	5.639	-	-
Valor justo dos ativos intangíveis	111.871	49,99%	55.924
Valor justo da opção de compra	-	49,99%	12.856
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	-	-	85.932
Ágio na aquisição	-	49,99%	14.068
Total da contraprestação	-	-	100.000
Equivalência patrimonial negativa (2.051) (12.856)			
Outros instrumentos financeiros (a) (2.111)			
Amortização ágio	82.982		
Total do investimento	82.982		

(a) Pela aquisição de 49,99% da participação societária da FortBrasil IP, a Companhia possui preferência na aquisição da participação societária remanescente de 50,01%, desta forma, o resultado de PPA considerado o valor justo pela opção de compra da participação societária remanescente da FortBrasil IP, classificado como "Outros instrumentos financeiros" no realizável a longo prazo.

9 Intangível
A rubrica "Intangível", registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, representam os valores de R\$36.664 (R\$13.705 em 2022).

	2023	2022	
Período de amortização (meses)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Carteira de clientes	18 a 120	40.641 (8.761)	31.880
Software	60	1.014 (1.005)	9
Software em desenvolvimento	60	4.775	4.775
Total	46.430 (9.766)	46.430	36.664

	2023	2022	
Período de amortização (meses)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Carteira de clientes	18 a 120	12.397 (3.482)	8.915
Software	60	1.014 (999)	15
Software em desenvolvimento	60	4.775	4.775
Total	18.186 (4.481)	18.186	13.705

	2022	Aquisições	Baixas	Amortização	2023
Carteira de clientes	8.915	28.244	-	(5.279)	31.880
Software	15	-	-	(6)	9
Software em desenvolvimento	4.775	-	-	-	4.775
Total	13.705	28.244	-	(5.285)	36.664
Carteira de clientes	466	9.773	-	(1.324)	8.915
Software	350	-	-	(1)	350
Software em desenvolvimento	3.228	2.149 (602)	-	-	4.775
Total	4.044	11.922 (603)	-	(1.658)	13.705

10 Contas a pagar lojistas
A rubrica "Contas a pagar lojistas", registrada conforme demonstrado abaixo, é composta pelos valores a repassar aos lojistas e a Mastercard à meios de pagamento do grupo, DM Meios, referente às compras dos clientes em loja credenciadas e com operações de private label e pelo cartão bandeira Mastercard.

	2023	2022	2023	2022
Contas a pagar lojistas	773.590	587.228	773.590	587.380
	773.590	587.228	773.590	587.380

11 Empréstimos e financiamentos
A rubrica "Empréstimos e financiamentos", registrada conforme valores abaixo, é composta por captações junto a instituições financeiras e partes relacionadas, e estão pulverizadas em produtos como Cédula de Crédito Bancário, Conta Garantida, Operação de Risco Sacado e empréstimos com partes não relacionadas.

Tipo de Operação	Taxa média de juros	Controladora/Consolidado
Cédula de crédito bancário	CDI + 4,91% a.a. a 132% CDI	35.255 45.256
Conta Garantida	CDI + 0,40% a. a 1,5850% a.m.	7.750 54.491
Risco Sacado	1,1036% a.m.	- 607
Partes não relacionadas	4,5% a CDI + 5%	14.340 25.130
		57.345 125.484
		57.345 115.857
		20.000 9.627
		57.345 125.484

O montante amortizado de juros referente ao exercício de 2023 foi de R\$4.954 e referente ao exercício de 2022 foi de R\$2.598.

	Controladora/Consolidado	2023	2022
Saldo 2021	70.515	140.815	
Captações	7.035	7.035	
Amortização e Outras Despesas	(92.881)	(92.881)	
Pagamento do Principal	(85.846)	(85.846)	
Saldo 2022	125.484	125.484	
Saldo 2022	125.484	125.484	
Captações	30.000	30.000	
Amortização e Outras Despesas	9.908	9.908	
Pagamento do Principal	(108.047)	(108.047)	
Total de Pagamentos	(68.139)	(68.139)	
Saldo 2023	57.345	57.345	

As parcelas têm a seguinte composição por vencimento:
2024 37.345
2025 12.000
2026 8.000
57.345

Não há cláusulas de covenants atreladas às operações acima.

12 Tributos e contribuições sociais
A rubrica "Tributos e contribuições sociais", registrada conforme valores abaixo, é composta por impostos federais a pagar, ISS e IOF a pagar, impostos retidos a pagar e IRPJ e CSLL a pagar.

	Controladora	2023	2022	Controladora/Consolidado	2023	2022
IRPJ a pagar	1.781	198	1.782	721	721	
CSLL a pagar	2.163	91	2.165	282	282	
PIS a pagar	180	269	180	280	280	
COFINS a pagar	1.327	1.628	1.328	1.679	1.679	
ISS a pagar	1.918	1.244	1.918	2.328	2.328	
IOF a pagar	756	1.753	756	1.753	1.753	
Impostos retidos a pagar	800	715	801	715	715	
	8.925	6.898	8.930	7.588	7.588	

13 Tributos e impostos parcelados
No exercício de 2022 a Companhia aderiu a modalidade de parcelamento simplificado de tributos federais embasado na Lei 10.522/2002 e Instrução Normativa da RFB nº 2.063/2022, parcelados em 60 meses, conforme demonstrado abaixo.

	Data	Multa e Juros Adesão	Valor Consolidado
Parcelamento			
02110001200465121692202	29/09/2022	2.286	457
02110001200534621342220	31/10/2022	2.337	468
02110001200625441602216	07/12/2022	2.337	490
02110001200852250632388	20/09/2023	2.949	620
02110001200915048582392	10/10/2023	1.398	294
02110001200984562932316	06/11/2023	5.891	1.237
02110001201099878732388	11/12/2023	3.232	678
		20.430	4.244

Os pagamentos foram realizados em dia, apresentando um saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 de:

	Valor Consolidado	Juros Competência	Pagamentos	31/12/2023
Parcelamento	2.743	389	(789)	2.343
02110001200465121692202	2.805	376	(753)	2.428
02110001200625441602216	2.827	333	(651)	2.509
02110001200852250632388	3.569	130	(241)	3.458
02110001200915048582392	1.692	46	(85)	1.652
02110001200984562932316	7.128	131	(239)	7.021
02110001201099878732388	3.910	39	(65)	3.884
	24.674	1.444	(2.823)	23.295
			Circulante	4.935
			Não circulante	18.360
				23.295

	Valor Consolidado	Juros Competência	Pagamentos	31/12/2022
Parcelamento	2.743	109	(185)	2.667
02110001200465121692202	2.805	85	(142)	2.748
02110001200625441602216	2.827	28	(47)	2.808
	8.375	222	(374)	8.223
			Circulante	1.675
			Não circulante	6.548
				8.223

14 Debêntures
A rubrica "Debêntures", registrada conforme valores abaixo, é composta pela injeção de fluxo de caixa captados por meio de operações de debêntures.

	Taxa média de juros e comissões – % ao ano	2023	2022
3ª Debênture	100% do DI + 6,00%	33.411	28.156
7ª Debênture	100% do DI + 7,00%	-	10.172
8ª Debênture	100% do DI + 3,00%	120.266	-
8ª Debênture	87,5% do CDI	237.365	-
8ª Debênture	100% do DI + 5,50%	152.192	-
9ª Debênture	100% do DI + 5,00%	10.388	-
		508.622	38.328
		Circulante	37.119
		Não circulante	471.503
			508.622

O montante amortizado referente a remuneração e despesas das debêntures no período de 2023 e 2022, foi de:

	Controladora/Consolidado	2023	2022
Saldo 2021	77.584	20.570	
Captações	5.571	5.571	
Amortização e Outras Despesas	(65.397)	(65.397)	
Pagamento do Principal	(59.826)	(59.826)	
Saldo 2022	38.328	38.328	
Captações	476.375	476.375	
Amortização e Outras Despesas	3.919	3.919	
Pagamento do Principal	(10.000)	(10.000)	
Total de Pagamentos	(6.081)	(6.081)	
Saldo 2023	508.622	508.622	

As parcelas têm a seguinte composição por ano de vencimento:
2024 37.119
2025 441.773
2026 29.750
Total 508.622
Em 2023, com o crescimento das operações, aquisições de carteira e participações societárias e para adequar os seus fluxos financeiro e operacional, a Companhia captou por meio da Comercial Zaragoza (R\$357.000), do Continental Bank (R\$15.000), XP Investimentos (R\$102.000) e Fundo Eldorado (R\$2.375). Em 2022, as captações foram pelo Continental Bank (R\$10.000) e Fundo Eldorado (R\$10.570). As atuais debêntures não são conversíveis em ações. Não há cláusulas de covenants atreladas aos números das operações de debêntures nas demonstrações financeiras.

15 Transações em operações de transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios
As transações em operações de transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios é composta pelas cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC DM") e das debêntures da DM Securitizadora S.A., ambas com garantias de direitos creditórios da Companhia.

	Controladora	2023	2022
		Circulante	Não Circulante
FIDC DM	15,1	229.485	252.512
DM Securitizadora	15,2	44.237	88.769
		44.237	318.254
		Consolidado	385.518

	2023	2022
Nota explicativa	Circulante	Não Circulante
FIDC DM	15,1	179.274
DM Securitizadora	15,2	44.237
	44.237	268.043
	268.043	354.610

15.1. Fundo de investimento em Direitos Creditórios (FIDC DM): A Companhia finalizou em 9 de abril de 2019 a estruturação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, disciplinado pela Resolução CMN nº 2.907/01, conforme alterada e pela Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada, e regido pelo regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O Fundo tem prazo de duração indeterminado, sendo que cada série de cotas seniores e/ou classe de cotas subordinadas mezanino tem o prazo de duração estipulado no respectivo suplemento. O Fundo tem por objetivo proporcionar rendimento aos cotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios do segmento de cartões de crédito e financiamentos a ele relacionados, inerentes à utilização dos cartões DM, emitidos e administrados pela cedente, que atendam à política de investimento, composição e diversificação



DM Instituição de Pagamento S.A. | CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

capital próprio: A Companhia não apurou juros sobre o capital próprio em 2023 (R\$1.318 em 2022, líquido de imposto de renda no valor de R\$1.120). O Acordo de Acionistas do Grupo DM, assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório de 30% do saldo remanescente do lucro líquido em cada exercício. Os dividendos mínimos obrigatórios estão contemplados na nota explicativa 17 – Dividendos a pagar.

20 Resultado

20.1. Receita líquida de serviços: A rubrica "Receita líquida de serviços", registrada nas demonstrações financeiras é composta por taxas administrativas, comissões, taxas de manutenção e outros serviços decorrentes da atividade de administração de cartões.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita Bruta	307.380	248.658	307.380	264.678
(-) COFINS sobre serviços	(16.116)	(18.898)	(16.116)	(19.379)
(-) PIS sobre serviços	(3.499)	(4.103)	(3.499)	(4.207)
(-) ISS sobre serviços	(9.362)	(11.909)	(9.362)	(12.704)
278.403	213.748	278.403	228.388	

20.2. Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo cobrança terceirizada	(105.923)	(104.495)	(105.923)	(104.495)
Custo processamento de cartões	(121.162)	(72.111)	(121.162)	(72.111)
Custo com confecção de cartões	(1.536)	(1.629)	(1.536)	(1.629)
Custo com livro digital	(2.184)	-	(2.184)	-
Custo de perdas operações cartões	(1.464)	(2.277)	(1.464)	(2.300)
Custo serviços de consultas	(2.477)	(2.556)	(2.477)	(2.556)
Custo de postagem	(534)	(795)	(534)	(795)
Custo com serviços de pessoa jurídica	(4.511)	(155)	(4.511)	(155)
Custo com informática	(2.374)	(1.954)	(2.374)	(1.954)
Custo com produtos	(337)	(328)	(337)	(328)
Custo com telefonia	(280)	(71)	(280)	(71)
Custo com treinamentos	(57)	(36)	(57)	(36)
Custo com amortização	(6)	(334)	(6)	(334)
Custo com comissões de vendas	(1)	(7)	(1)	(7)
Outros custos	(378)	(352)	(378)	(380)
(243.224)	(187.100)	(243.224)	(187.151)	

20.3. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Consultoria e assessoria	(7.211)	(5.160)	(7.211)	(5.222)
Comissão sobre vendas	(1.859)	(5.184)	(1.859)	(5.184)
Despesas com bancarização	(2.966)	(2.617)	(2.966)	(2.617)
Despesas com administração Fundo	(2.473)	(2.090)	(2.473)	(2.090)
Serviços de terceiros PJ	(2.908)	(1.511)	(2.908)	(1.542)
Amortização	(5.280)	(1.324)	(5.280)	(1.324)
Amortização não dedutível	(2.111)	-	(2.111)	-
Seguros	(883)	(68)	(883)	(68)
Acordos Judiciais	(589)	(457)	(589)	(459)
Eventos institucionais	(400)	-	(400)	-
Despesas Patrocinio (FADENP)	(683)	(387)	(683)	(387)
Tecnologia/Informática	(165)	(111)	(165)	(111)
Treinamentos	(156)	(182)	(156)	(182)
Provisões e despesas não dedutíveis	(415)	(94)	(444)	(95)
Taxas Impostos Contribuições	(301)	(90)	(301)	(91)
Processamento de cartões	(560)	(4)	(560)	(4)
Call center	(158)	-	(158)	-
Outras despesas	(592)	(45)	(592)	(44)
(29.710)	(19.324)	(29.739)	(19.420)	

20.4. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita com cessão de carteira (a)	-	210.255	-	210.255
Recuperação de créditos	37.790	21.759	37.790	21.759
Lucro na operação de compra de carteira	2.807	-	2.807	-
Outras receitas e despesas	772	220	772	231
41.369	232.234	41.369	232.245	

(a) Vide nota explicativa 5.4 – Cessão de carteiras

20.5. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Juros por atraso	374.867	304.735	374.867	305.207
Multa por atraso	49.093	38.931	49.093	39.029
Juros de antecipação	29.485	26.129	29.485	28.556
Juros com recuperação de crédito	30.690	31.176	30.690	31.176
Juros de venda parcelada	22.254	32.847	22.254	32.847
Remuneração FIDC	12.051	4.605	12.051	4.605
Rendimentos financeiros	38.886	4.133	39.197	4.133
Juros Ativos	391	290	394	290
Receita com captação de debêntures	-	-	1.634	3.054
Juros com debêntures	-	-	23.384	22.810
Tarifas	221	26	221	27
Total receitas financeiras	557.398	442.872	583.270	471.760
Perdas com crédito (a)	(1)	(201.954)	(1)	(201.954)
PIS e COFINS s/Receitas Financeiras	(25.944)	(20.614)	(25.959)	(20.614)
Despesas com debêntures	(77.368)	(35.083)	(101.063)	(58.299)
Juros passivos	(47.340)	(29.114)	(47.340)	(29.149)
Tarifas bancárias	(9.874)	(9.252)	(11.197)	(12.038)
Descontos concedidos	(4.154)	(2.408)	(4.154)	(2.408)
Encargos e juros sobre empréstimos IOF/IOC	(6.899)	(9.432)	(6.899)	(9.432)
Encargos e juros sobre parcelamento	(4.051)	(1.637)	(4.051)	(1.859)
Juros sobre capital próprio	-	(1.318)	-	(1.318)
Outras despesas financeiras	(361)	-	(361)	-
Total despesas financeiras	(176.669)	(312.063)	(201.708)	(338.324)
Resultado financeiro líquido	381.269	130.809	381.562	133.436

(a) Vide nota explicativa 5.4 – Cessão de carteira

20.6. Imposto de renda e contribuição social: O cálculo do imposto de renda e da contribuição social corrente foram calculados sobre o lucro do exercício com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício. Os impostos diferidos passivos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, sendo provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. O cálculo do imposto de renda e contribuição social ("impostos") correntes e diferidos estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro	68.680	14.611	68.748	17.375
Lucro contábil	68.680	14.611	68.748	17.375
Despesas não dedutíveis (adição)	974.142	5.012	972.091	5.012
Receitas não tributáveis (exclusão)	(972.333)	(18.972)	(962.917)	(4.604)
Compensação de prejuízo fiscal	(20.395)	(195)	(20.395)	(4.505)
Total de adições/exclusões:	(18.586)	(14.155)	(11.221)	(4.097)
Lucro real	50.094	456	57.527	13.278
Encargos de 15% IR + Adicional de 10%	(12.639)	(90)	(12.688)	(2.105)
Encargos de 15% CS (a)	(7.332)	(91)	(7.358)	(826)
Impostos correntes	(19.971)	(181)	(20.046)	(2.931)

Provisões temporárias
Obrigações fiscais diferidas
Diferenças temporárias
Impostos diferidos (40%)

(a) A alíquota de contribuição social sobre o lucro tributável é de 15%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Entre o período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, seguindo a Medida Provisória 1115/22, editada pelo Poder Executivo, foram considerados os ajustes da alíquota de CSLL de 16%. Em 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários líquidos apresentaram as seguintes naturezas e movimentações:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	19.101	-	19.126	-
Outras (b)	(20.724)	-	(20.725)	-
(1.623)	(649)	(1.599)	(640)	

Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras (b)	-	990	(590)	400
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa	-	20.394	(20.394)	-
Total de provisões temporárias	990.951	(971.850)	19.101	7.640
Remuneração Fundo de Investimento de Direito Creditório	-	8.328	(29.053)	(20.725)
Total de obrigações fiscais diferidas	-	8.328	(29.053)	(20.725)
Total passivo fiscal diferido (40%)	-	(8.290)	-	(8.290)

(b) Composta por provisões para contingências civis e outras provisões de despesas incorridas e não faturadas.

21 Seguros

O Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, incluindo seguro para diretores (D&O). Os seguros são contratados pela DM Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda., empresa do Grupo DM.

22 Gestão de riscos

a) Estrutura e governança de gestão de riscos: A Companhia possui e segue política de gestão de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito das contrapartes. A política de gestão de riscos da Companhia foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a empresa está sujeita, suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **b) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em contas a receber de clientes (existentes ou potenciais, devido a compromissos dados) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. A Companhia, em conformidade com as políticas internas de gerenciamento de riscos, alinhado as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil possui processos e ferramentas para mensurar, classificar, acompanhar e mitigar o risco de crédito. O gerenciamento do risco de crédito engloba a definição de limites de exposição do portfólio e o acompanhamento dos índices de inadimplência com o intuito de definir planos de ação em caso de desvio em relação à política e aos limites preestabelecidos. A política de risco de crédito considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise financeira de seus clientes através de biros de crédito e revisão periódica das metodologias utilizadas. Para o exercício de 2023 e 2022, a Companhia elaborou um modelo econômico baseado em dados históricos da carteira de crédito da DM, de janeiro de 2018 a dezembro de 2023 e, que representam a melhor estimativa das perdas de crédito futuras esperadas. As previsões do modelo econômico são adaptadas aos requisitos da norma de CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em sua abordagem geral. O modelo é baseado na proporção dos saldos de crédito pendentes classificados como H-I para os saldos totais de crédito pendentes no período. Em essência, os saldos de crédito originados em cada período de 12 meses, e os dados de inadimplência relacionados em combinação com os dados macroeconômicos, são preditivos de perdas de crédito futuras medidas verificadas no modelo com limite de confiança de 95%. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros foram reconhecidas no resultado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(366.203)	(370.123)	(366.203)	(370.123)
Total	366.203	370.123	366.203	370.123

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente, incluindo oscilações do mercado e do país, movimentações direcionadas a faixa salarial de clientes que a Companhia atua. A política de crédito estabelece as etapas do processo de gerenciamento de risco, da aprovação a recuperação. i. Aprovação & majoração de limite: a política de concessão de crédito avalia dados internos, como experiência de pagamento dos clientes, e externos, como por exemplo bureau de informações, de forma a identificar o perfil de risco do cliente no mercado. Periodicamente, são realizados testes para a verificação da aderência dos modelos. ii. Acompanhamento & alertas: após a concessão de crédito, os clientes são monitorados durante toda a vida da operação. Os indicadores analisados, como por exemplo, a atividade do cliente, perfil de pagamento, atrasos. Nessa etapa os modelos segmentam os clientes de acordo com o seu comportamento, e esses modelos derivam políticas aumento/bloqueio do limite, além de oferta de produtos adicionais e iii. Recuperação: recuperação de clientes em atraso, levando em consideração o perfil, e predisposição de pagamento. O modelo de perda esperada é geral, com a combinação de dados macroeconômicos e com os históricos de comportamento de carteira de clientes. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de ECL "Expected Credit Loss", analisando a probabilidade de "default", líquida da realização de colaterais dados em garantia (LGD "Loss Given Default") pela probabilidade de ocorrência de "default" (PD "Probability of Default") e pela exposição em "default" (EAD "Exposure at Default"). A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Nível	(Performado)	12,13%	12,13%	12,13%
Dias de Atraso	0 dia de atraso	894.150	(108.460)	(13.127)
Entre: 1 e 30 dias de atraso	108.217	52.336	(16.679)	(16.257)
Entre: 31 e 60 dias de atraso	51.010	51.631	(24.675)	(20.731)
Entre: 61 e 90 dias de atraso	50.055	42.055	(142.065)	-
Entre: 91 e 120 dias de atraso	42.055	1.416	-	-
Entre: 121 e 150 dias de atraso	288.186	1.539.056	(367.446)	-
Entre: 151 e 180 dias de atraso	-	-	-	-
Entre: 181 e 360 dias de atraso	-	-	-	-
Outras contas a receber (a)	-	-	-	-
Total	1.539.056	(367.446)	1.539.056	(367.446)

	Nível	Dias de Atraso	Percentual	2022	
				Carteira Bruta	Provisão ao valor recuperável
(Performado)	12,13%	0 dia de atraso	683.366	(84.396)	
(Performado)	Entre: 1 e 30 dias de atraso	108.217	86.649	(10.701)	
(Subperformado)	Entre: 31 e 60 dias de atraso	51.010	49.012	(16.635)	
(Subperformado)	Entre: 61 e 90 dias de atraso	50.055	45.573	(15.467)	
(Não Performado)	Entre: 91 e 120 dias de atraso	51.631	45.589	(20.768)	
(Não Performado)	Entre: 121 e 150 dias de atraso	42.055	45.351	(20.659)	
(Não Performado)	Entre: 151 e 180 dias de atraso	288.186	43.689	(19.902)	
(Não Performado)	Entre: 181 e 360 dias de atraso	243.024	243.024	(110.705)	
Outras contas a receber (a)	-	-	483	-	
Total	-	-	1.242.736	(299.233)	

(a) Corresponde contas a receber de novos produtos em fase de teste com DMPAG e DMCRED. As taxas de perda são baseadas no histórico de carteira de crédito verificada nos últimos cinco anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômica durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis. As mudanças na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes durante o ano estão apresentadas a seguir:

	2023		2022	
	Saldo inicial	299.233	228.665	228.665
Adições	366.203	370.123	366.203	370.123
Baixa de Clientes acima de 360 dias	(297.990)	(299.555)	(297.990)	(299.555)
Saldo final	367.446	299.233	367.446	299.233

As seguintes mudanças significativas nos valores contábeis brutos de contas a receber de clientes contribuíram nas mudanças na provisão para perda por redução ao valor recuperável durante 2023: i. Crescimento da carteira de clientes em decorrência de novas aquisições de carteiras, levando a carteira bruta de R\$ 1,242 bilhões para R\$ 1,539 bilhões; ii. Impactos dos problemas de recuperação de crédito no Brasil, com alto índice de desemprego e os efeitos remanescentes da recuperação após pandemia COVID. iii. Efeitos das especulações e instabilidade econômica, mesmo com leves sinais de melhora. **c) Gestão de risco de liquidez:** É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios (descasamentos) entre ativos e passivos exigíveis, que possam afetar a capacidade da Companhia. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a Companhia de honrar seus compromissos, gerando informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas que regem o tema. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentava risco de liquidez relevante. O impacto de caixa dos ativos e passivos financeiros de acordo com o seu vencimento contratual são demonstrados a seguir:

	Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2023	Faixa de vencimento		
			S		